



# Planejamento urbano e turismo: uma análise sobre a Favela da Rocinha (RJ)

*Urban planning and tourism: an analysis of the Favela da Rocinha (RJ)*

*La planificación urbana y el turismo: un análisis de la Favela da Rocinha (RJ)*

**Viviane Soares Lança** <lanca.viviane@gmail.com >

Mestre em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professora auxiliar (Faculdade São José) e professora substituta (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**Lorene Monteiro Maia** <lorenemaia@gmail.com >

Especialista MBA em Gestão Hoteleira (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**Maria da Penha Lacerda de Santana** <mp.lacerda@yahoo.com.br >

Mestranda em Metrologia (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professora de Turismo da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

## CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

---

Recebido 10-fev-2014

Aceite 27-abr-2015

## FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

---

LANÇA, V. S; MAIA, L. M; SANTANA, M. P. L. Planejamento urbano e turismo: uma análise sobre a Favela da Rocinha (RJ). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15 n.1., p.20-34, abr. 2015.

### REALIZAÇÃO



### APOIO INSTITUCIONAL



### PATROCÍNIO



**Resumo:** Este trabalho demonstra, através da discussão sobre democracia e participação popular, como o desenvolvimento da atividade turística na favela da Rocinha no Rio de Janeiro auxiliou a localidade a ter maior visibilidade perante os órgãos públicos do Estado. Tal comunidade tem modificado sua imagem de local segregado e se transformado em uma potencialidade turística que, se planejada e estruturada, pode gerar benefícios como melhoria dos aspectos urbanos, qualidade de vida para os moradores e sentimento de cidadania, pois a mudança de consciência dos habitantes altera sua posição de consumidor político para agente da política.

**Palavras-chave:** Cidadania; Gestão Democrática; Planejamento Urbano; Rocinha; Turismo.

**Abstract:** This work aims to demonstrate, through the quarrel on democracy and popular participation, as the development of the tourist activity in the slum quarter of the Rocinha in Rio de Janeiro assisted the locality to have greater visibility before the public agencies of the State. This community has modified its image of place segregated and if transformed into a tourist that, if planned potentiality and structuralized, can generate benefits as improvement of the urban aspects, quality of life its inhabitants and feeling of citizenship, therefore the change of conscience of its inhabitants modifies position of politics' consumer for agent of the politics.

**Keywords:** Citizenship; Democratic Management; Urban Plan; Rocinha; Tourism.

**Resumen:** Este trabajo pretende demostrar, a través de la discusión sobre la democracia y la participación popular, como el desarrollo de la actividad turística en la favela de la Rocinha en Río de Janeiro ha auxiliado a la localidad para tener una mayor visibilidad ante los organismos públicos del Estado. Esta comunidad ha modificado su imagen de lugar segregado y si ha transformado en una potencialidad turística que, si planeada y estructuralizada, puede generar beneficios como la mejora de los aspectos urbanos, la calidad de vida de sus habitantes y el sentimiento de la ciudadanía, pues el cambio de conciencia de su habitantes modifica la posición del consumidor, para el agente de la política.

**Palabras clave:** Ciudadanía; Gestión democrática; Urbanismo; Rocinha; Turismo.

## Introdução

Tô contrito/Concentrado/Tô pensando  
Pensando em quê?  
No Rio de Janeiro  
No Rio de Janeiro, de janeiro, de janeiro  
Sou carioca, sou do Rio de Janeiro  
E o nosso Rio não é só Março e Fevereiro [...]  
Aqui tem chacina[...]  
Linchamento, seqüestro, arrastão...  
É, tem pivete, pedinte, contrabandista, traficante  
Polícia, ladrão, rua esburacada... Falta saneamento  
Falta condução, falta condição geral, falta educação, saúde...

(SOU CARIOCA, SOU DO RIO DE JANEIRO –  
COMPOSIÇÃO: GABRIEL O PENSADOR E MARTINHO DA VILA)

Assim como explicitado na música de Gabriel o Pensador, a cidade do Rio de Janeiro (RJ) possui uma série de problemas estruturais e sociais que se contrapõem à imagem de Cidade Maravilhosa. Para solucionar tal questão surge o planejamento urbano como tentativa de se tornar um regulador e organizador do espaço urbano “desordenado”.

Com o crescimento acelerado das cidades, por parte do êxodo rural e a falta de interesse do governo, as cidades foram crescendo e tomando proporções acima do que esse podia esperar. Como consequência, muitas áreas das regiões metropolitanas foram se tornando espaços desprovidos de infraestrutura, cuja população, se apresenta vulnerável aos problemas socioeconômicos.

Segundo Soares (2006), após o processo de urbanização brasileira, as cidades assumiram a posição de espaços mais complexos da sociedade urbano-industrial onde há intrínsecas formas de sociabilidade e onde se verifica uma ampla reestruturação periférica e interior. “As cidades são palco, por excelência, das relações sociais e econômicas, entretanto, também são arenas das maiores desigualdades socioespaciais.” (SANTOS, 1993, p.12). Para Rodrigues (1989 apud AMORIM, RIBEIRO & SEGHE TO JÚNIOR, 2008, p.05) “a cidade do Rio de Janeiro não contava com um crescimento tão considerável, a saída encontrada por parte dos trabalhadores foi a invasão dos morros a partir da instalação ali, de suas moradias”, fato que tem se estendido e gerado consequências até os dias atuais.

Como alternativa a esta realidade e aos reflexos do acelerado processo de urbanização, busca-se no planejamento urbano uma alternativa onde o poder público em sua concepção republicana se posiciona como responsável pela solução dos problemas sociais da cidade. Entretanto, o que se observa é:

O Estado como detentor do monopólio da força (ou poder) da intervenção no espaço urbano busca divulgar e reproduzir a ideologia dominante ou mantenedora das estruturas deste. O planejamento e a gestão do espaço urbano devem ser compreendidos, assim, no seu aspecto histórico, político e social, enquanto instrumentos de intervenção relacionados com ideologia dominante e não com neutralidade própria das ciências tecnológicas. (OLIVEIRA FILHO, 2006, p.02)

Nesta perspectiva, entender a situação atual das cidades significa compreender estas transformações e construir um novo marco histórico, geográfico e sociológico de referência. (SOARES, 2006) onde são necessárias intervenções qualificadas e validadas pelos princípios da democracia e da participação popular.

Ao participar do processo decisório as pessoas adquiririam um interesse maior, ajudando a resolver o velho problema da apatia com a política e o custo dela advindo. Do mesmo modo, há uma dúvida crescente da capacidade do capitalismo em produzir e distribuir riquezas. É da própria natureza do sistema capitalista reproduzir a desigualdade para continuar operando. (OLIVEIRA FILHO, 2006, p.3)

A partir desta perspectiva o que se percebe é que as diferenças socioespaciais seriam consequência do próprio modelo capitalista de produção. Pode-se dizer, então, que ao longo das últimas décadas de expansão da economia, as metrópoles brasileiras têm reorganizado seus espaços em um contexto de concorrência global por almejar atividades econômicas e serviços avançados para se manterem dentro do sistema político-econômico mundial.

Nesse contexto, surge a atividade turística como um dos impulsionadores dessa nova reestruturação, que costumeiramente modifica cidades em busca de melhor adaptá-las para seu desenvolvimento. Assim, conclui-se mais uma vez que se faz necessária a existência de um planejamento democrático participativo como resposta aos novos conceitos capitalistas e às suas atividades.

A partir dessas várias relações é que se atribui ao turismo o caráter de fenômeno, na medida em que reflete dentro da sociedade consequências sociais, culturais, ecológicas e econômicas. Esse é um desafio para o Estado que, com a crescente expansão desse setor, deve procurar instrumentar-se para atender a essa complexidade. (ENDRES, 2001,p.09)

Esse contexto, e a partir do processo de pacificação instituído pelo Estado no Rio de Janeiro, sobre a égide das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), pode influenciar o surgimento, a consolidação e o desenvolvimento da favela enquanto destinação turística. Portanto, o objetivo deste trabalho é demonstrar, através da discussão sobre democracia e participação popular, como o desenvolvimento da atividade turística na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, auxiliou a localidade a ter maior visibilidade perante aos órgãos públicos do Estado.

## Justificativa

Com o aumento cada vez mais intenso da urbanização nas regiões metropolitanas do Brasil, com destaque para o Estado do Rio de Janeiro, um enorme contingente de pessoas teve que buscar os morros e encostas como locais de moradia. Após décadas de abandono por parte do poder público, as comunidades foram se tornando locais dominados por um poder paralelo ao do Estado: grupos praticantes de ações ilegais e que ostentavam grande poder bélico nos territórios. Com o passar do tempo, o Estado precisou atuar mais ativamente na região, principalmente em virtude dos grandes eventos que a cidade se preparou, e ainda vem se preparando, para receber, como a Jornada Mundial da Juventude (ocorrida no primeiro semestre de 2013), a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Uma nova política de segurança pública passou a ser implementada na cidade,

as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP), que incidiram diretamente nas favelas. Prioritariamente, as UPP vêm sendo inseridas nas favelas do entorno das zonas de acesso ou turísticas da cidade (Centro, Zona Sul e no entorno das principais vias como a Brasil, a Amarela e a Vermelha). Tal política vem colaborando para o fomento da atividade turística nas comunidades/favelas que estão se consagrando como novos destinos turísticos.

Dada tais perspectivas, acredita-se que uma pesquisa sobre o turismo na Favela da Rocinha, uma das localidades que vivencia a realidade acima mencionada, contribuirá com novos estudos sobre essa complexa e importante região da cidade do Rio de Janeiro, inserindo novos elementos para o debate desse fenômeno que é o turismo nas favelas cariocas.

## Metodologia

Os métodos científicos utilizados em uma pesquisa formam a base de sustentação acerca da validade das investigações. Assim, sendo, a metodologia utilizada para a construção do referido trabalho foi caracterizada em duas etapas: a pesquisa bibliográfica e a de observação participante realizada a partir das visitas de campo.

Portanto, a fundamentação teórica, a justificativa dos limites e contribuições da pesquisa foram feitas através do levantamento de informações já disponíveis em estudos que tratam do tema e análise dos conteúdos. Para isso, foram consultadas obras de caráter específico, incluindo dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso e artigos completos em anais e revistas científicas. Além disso, através da observação participante feita durante dois anos, por parte de um dos autores deste artigo que trabalha em uma organização não governamental que atua em comunidades pacificadas, foram colhidas informações e percepções sensíveis somente no campo. Em conversas informais com moradores das comunidades é possível notar suas demandas e assim notar quais entraves são estabelecidos na busca por um desenvolvimento local deste território que o permita sair da margem da cidade integrando-se completamente ao conjunto urbano, na tentativa de promover a melhoria da qualidade de vida desses moradores. Afinal, através de um trabalho de mais de vinte e quatro meses em comunidades pacificadas, pode-se confirmar e refutar conceitos e pré-conceitos construídos acerca de favelas, uso do espaço e moradias.

## Breve histórico sobre o planejamento urbano Brasileiro

De forma geral, o planejamento urbano no Brasil, da mesma forma que o regional e o local, já nasceu centralizado, aparentemente despolitizado, setorializado enquanto forma de conhecimento e intervenção na realidade, hierárquico em sua implementação, além de elitista na medida em que pressupunha um saber técnico totalmente distante do cidadão comum. (SCHMIDT; COSTA, 1991, p.12)

No Brasil, a cidade como palco de transformações políticas e intervenções sociais aparece como objeto de estudo por volta de 1902, onde tomou vulto a questão da saúde pública. Doenças como a varíola e a febre-amarela, trouxeram à tona um discurso cientificista e higienista que fundamentou as reformas urbanas durante a gestão de Pereira Passos (1902-1906). As ruas estreitas dificultando

a circulação do ar, a umidade, a falta de coleta de lixo e principalmente os cortiços, aparecem como alvos a serem combatidos. Este é um período muito interessante por demonstrar a realização dos anseios de uma elite comercial que via nas epidemias um entrave para seus negócios (LEME, 1999).

Nesta reforma, a questão habitacional foi marcada pela “política do bota abaixo”, ou seja, pela remoção da população que residia nos cortiços e casas de cômodos para áreas afastadas do centro urbano do Rio de Janeiro. Contava com o apoio técnico dos médicos responsáveis pela política municipal, cuja argumentação mais relevante era tornar o centro da cidade um ambiente mais “respirável”. Nesse sentido, a reforma de Pereira Passos não teve como premissa básica manter o vínculo da população carente com seu local de moradia ao transferi-la para a periferia. Dentro deste ideal de modernidade, a demolição dos morros do Castelo, Senado e Santo Antônio seria o ponto inicial para o reordenamento do centro da cidade, superando a dualidade entre tradição e modernização. Nesse período, o governo alertou-se para o problema da moradia na cidade e quis tomar como medida o afastamento dos moradores carentes do centro da cidade. Essa atitude deixou claro que o único inconveniente era ter a pobreza tão próxima. (AMORIM; RIBEIRO; SEGHE TO JÚNIOR, 2008)

Os anos 1930 foram marcados pelo ideal do “trabalhismo”. Vargas valorizou o modelo urbanístico higienista de rejeição da cidade real, enfatizando o embelezamento e a monumentalidade. As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pelos movimentos migratórios originários fundamentalmente dos estados nordestinos, incentivados pelo acesso a bens de consumo, emprego e pela ilusão de uma vida melhor. Essa população veio a dar mais corpo a um excedente de mão-de-obra já existente nos grandes centros urbanos. Sem forma de sustento oficial e engrossando o mercado informal, essa população enfrentou graves problemas também com a habitação (LEME, 1999).

Segundo Ferreira Junior (2004), as reflexões a cerca do papel do planejamento ganham um escopo maior a partir da década de 1970, adentrando pela década de 1980, tendo o intuito de “desmascarar” a verdadeira função do planejamento: é entendido que, através do intervencionismo e da regulação estatal, segundo vários autores, principalmente de orientações marxistas, tem-se a ideia de manter a cidade às necessidades do capitalismo, ou seja, manter condições favoráveis seja a longo ou em médio prazo, o status quo capitalista.

## Gestão democrática ou participativa

Atualmente, podemos vislumbrar em quase todos os discursos a questão da participação e inclusão social, ou seja, a participação de todos os agentes sociais nos processos decisórios. A chamada gestão participativa ou democrática está em foco. Este modelo de gestão baseia-se na efetiva participação da sociedade civil na gestão da “coisa” pública. Esta participação pode ser efetivada, diretamente pelos cidadãos, como também por meio de entidades representativas de uma parcela do território ou dos segmentos sociais da população. Tal preceito é expressão da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988. Deve estar pautada, conforme nas Resoluções da 2ª Conferência Nacional das Cidades, nos princípios da transparência, ética, independência, solidariedade e credibilidade.

Segundo a Lei Federal nº. 10.257/2001, a gestão democrática prescinde ao Plano Diretor Municipal para sua existência e funcionamento. É uma das diretrizes gerais apontadas para o cumprimento da política urbana que objetiva “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...]” (BRASIL, 2001).

Não obstante, faz-se imprescindível para o Plano Diretor Municipal a gestão democrática. Esta, entendida como a participação efetiva da sociedade civil – mobilizada e capacitada para se inteirar da temática do ordenamento territorial – tanto no processo de elaboração, quanto na dinâmica de atendimento a diretrizes/critérios e de implementação de institutos tributários, financeiros, jurídicos e políticos. Tal fato se comprova nas redações dadas ao Estatuto da Cidade e às Resoluções do Conselho das Cidades que tratam da elaboração e do conteúdo mínimo do Plano Diretor Municipal.

Na Lei Federal 10.257/2001, em seu art. 42, inciso III, que estabelece o conteúdo mínimo do Plano Diretor, fica claro que o mesmo deverá conter “sistema de acompanhamento e controle social” (BRASIL, 2001). Segundo Resolução nº. 34/2005 do Conselho das Cidades – órgão colegiado de esfera nacional, responsável, entre outras atribuições, por interpretar o Estatuto da Cidade – deixa explícito que o sistema de acompanhamento e controle social deverá ser subsidiado pela gestão democrática, utilizando-se dos instrumentos do referido princípio, contemplados no Plano Diretor Municipal.

Em síntese, esse modo de planejar o ambiente urbano visa a obtenção da cidadania plena, em geral entendida como: maior acesso à terra e aos bens e serviços urbanos, bem como acesso à gestão via mecanismos de participação. Todavia só é possível se a população estiver envolvida e ciente das decisões tomadas para a cidade, população esta dotada de poder de cobrança com maior ênfase nas melhorias propostas e explicitadas em lei para o seu bairro.

Nesse sentido, focando mais precisamente no objeto deste trabalho, é possível observar que a intervenção do poder público no interior das comunidades antes dominadas pelo tráfico e marginalidade é considerada, pelo governo, ação estratégica rumo ao desenvolvimento da cidade. Em contrapartida, vem sendo duramente criticada por moradores dessas próprias comunidades como uma ação equivocada do Estado que se traduz em extermínio da população pobre e negra. Nesse conturbado contexto, há a possibilidade de, aos poucos, se destacar a apropriação, o papel e o valor que a atividade turística traz com seu desenvolvimento a partir da presença das UPP nestas localidades que pela ótica de seus membros, vem atraindo pessoas para esses espaços, anteriormente tidos enquanto marginais, à urbe carioca e, portanto, evitados tanto pela maioria dos habitantes cariocas, quanto por visitantes (turistas). Contudo, esta descrição, ao longo dos últimos anos, vem perdendo força e tal território vem sendo considerado enquanto um verdadeiro emaranhado de significados e cenários paisagísticos únicos em meio a outras atrações da “cidade maravilhosa”, tornando-se opção até mesmo para a hospedagem.

## **A cidade e a favela da Rocinha: um novo antigo atrativo?**

Como diz Singer (1978), a cidade é palco de diversos conflitos, jogos de interesse, sendo altamente disputada para diversos fins, se pautando pelas regras da lógica capitalista de apropriação, e se fundamentando na propriedade privada do solo. “A cidade pode ser considerada a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico, constituindo-se de um produto da economia de mercado”. (CORRÊA, 1979, p.23)

Ferreira Junior (2004) ressalta que a cidade nos remete ao “vislumbramento” do conturbado, contraditório, ainda que, na busca para o planejamento, fossem criados planos urbanísticos cuja motivação fosse a percepção de modelos perfeitos de ordenação de cidade, sem contradições. O autor também diz que a construção espacial é um mosaico de interesses altamente territorializado,

onde a expressão física, que se faz através de obras arquitetônicas, infraestrutura e desenhos que se formam para estruturar a vida humana, deixa transparecer as correlações de forças dos seus agentes.

O planejamento urbano no Brasil foi entendido durante algum tempo apenas como uma ferramenta urbanística, que oferecia à cidade infraestrutura adequada para seu pleno desenvolvimento, não levando em consideração fatores de intervenção social, político, econômico e ambiental que interagem e transformam o espaço. Segundo Monteiro (2007), o urbanismo preocupa-se e estuda os aspectos físicos da cidade, foca-se em resolver o problema do caos e da desordem urbana sem avaliar os motivos causadores dos mesmos, enquanto o planejamento urbano tem uma área de análise mais ampla, englobando a compreensão do sistema social, político, econômico e ambiental sobre o espacial. Afirma-se, então, que o planejamento urbano está inserido em um contexto maior, capaz de incluir o próprio urbanismo.

Em uma sociedade que privilegia a tecnologia, a integração mundial e a virtualidade das relações – processo de globalização – há um processo contínuo de apropriação do solo urbano onde o lugar pode sofrer profundas modificações, transformando-se, sucumbindo e/ou mesmo desaparecendo com as relações ali antes existentes (CARLOS, 2001). “O modelo econômico adotado pela sociedade contemporânea, [capitalismo], foi e ainda continua sendo capaz de transformar a composição do espaço e as dinâmicas sociais, uma vez que a sociedade não é estática e está sujeita às alterações em sua composição socioespacial” (SALLES; FILHO, 2008, p.04).

Corrêa (1979) afirma com mais ênfase que esses processos de transformação do meio urbano são realizados por atores modeladores da organização do espaço: proprietários dos meios de produção, empresas imobiliárias e de construção, proprietários de terras e o Estado que além de ator entra como mediador dos conflitos de interesses nessas disputas de poder. Para o autor, o Estado é o responsável pela “aplicação de leis que mantém o poder concentrado e privilégios na cidade, refletindo e ao mesmo tempo promovendo a desigualdade social no ambiente urbano” (MARICATTO, 2003).

Um dos processos espaciais citados por Corrêa (1979) é a centralização. Neste processo, cada cidade possui sua área central, foco de investimentos e interesses onde se concentra maior disponibilidade de verbas em infraestrutura e acessibilidade. Isto torna a terra mais cara fazendo com que os habitantes de baixo poder aquisitivo, que não conseguem arcar com o valor, vendam seu imóvel ou aluguem, tendo que se mudar para áreas periféricas ou informais da cidade, muitas vezes com escassez de infraestrutura básica. Ou seja, há uma descentralização, tanto por parte de indústrias que requerem grandes áreas e são altamente consumidoras do espaço, como de pessoas que já tinham um vínculo com o local.

Esse processo de centralização e descentralização vem acompanhado da degradação dos padrões de sociabilidade cotidiana, pelo qual se verifica um crescente processo de “individualização alienada, síndrome de uma sociedade fragmentada” representada pela perda de referências a valores que até então mostravam uma cultura aproximativa. Assim, cria-se um círculo vicioso: as áreas periféricas crescem devido à locomoção de pessoas, isso atrai a atenção de comerciantes, imobiliárias e grandes empresas de construção civil que, com o seu poder de influência junto ao Estado, acabam por requerer melhorias no local que vão valorizar a terra, aumentando seu preço e reiniciando o processo.

Como foi possível perceber, essa lógica beneficia apenas as pessoas com alto poder aquisitivo que podem pagar pela terra e, assim, ter direito a saneamento, transporte, educação, segurança, lazer e saúde de qualidade.

É difícil constatar que se por um lado houve com certeza muitos progressos, por outro lado os níveis de pobreza e de exclusão sócio-espacial, que se reverte em um cenário cada vez mais visível de fratura

social e de violência urbana, ainda são lamentavelmente altos e incompatíveis com uma economia com o porte da brasileira (FERREIRA, 2007, p.03).

Isso se dá, porque é sob a vertente da troca de favores e do clientelismo que a cidade “legal” vem se solidificando, sendo o espaço da cidade destinado a pessoas com maior poder aquisitivo que podem pagar pelo solo com infraestrutura básica e qualidade de vida, excluindo aqueles que não têm como arcar com essas despesas para as áreas periféricas, com infraestrutura ruim, tornando-os membros da cidade “informal” segregada e abandonada pelo Estado.

Tal situação se atenua ainda mais ao se observar o campo prático. As favelas são exemplos e consequências reais destas questões, cujo histórico está baseado em um paradoxo vivido pela Cidade Maravilhosa: a política do “Bota Abaixo” de Pereira Passos (1904) devastou casebres, cortiços e ruelas para tornar a cidade do Rio de Janeiro mais desenvolvida, e “resultou no crescimento da população pobre nos morros, charcos e demais áreas vazias em torno da capital”. No entanto, a formação dessas comunidades também se deveu à capacidade de mobilização, luta e articulação desses “favelados”, que ainda sob perseguição e miséria, não deixaram a cidade, não permitindo que o Rio de Janeiro se “transformasse” em uma cidade com ares europeus (ainda que sob forte segregação espacial cultura popular e a diversidade social e racial, características provenientes da formação do território brasileiro) (ZALUAR; ALVITO, 2006, p.7).

Assim, focando este estudo em apenas uma das comunidades cariocas, apresenta-se a favela da Rocinha, uma das maiores favelas da América Latina, ocupando cerca de 810.000m<sup>2</sup> e que recebeu o título de bairro em 1993. Localizada entre os bairros de São Conrado e Gávea, bairros “nobres” e de alta renda, é vizinha de outra comunidade, o Morro do Vidigal também na Zona Sul da cidade.

A Rocinha tem mais moradores que 92% dos municípios brasileiros, com 69.191 habitantes. Deste total, ¼ são crianças e 32% tem idade entre 15 e 29 anos de idade. Ou seja, a Rocinha é jovem. Estima-se seu surgimento em meados da década de 1930, entre barracos e lavouras. Os moradores viviam basicamente da agricultura de suas roças, cujos produtos eram vendidos na feira da Praça Santos Dumont, na Gávea. Sempre diziam que plantavam em sua pequena terra, em sua “rocinha” - daí surgiu o nome. A favela, que se encontra em uma Área de Especial Interesse Social, instituída por lei em 2001, já recebeu recursos do Programa de Aceleração do Crescimento. (IPP, 2015, p.01)

A Rocinha possui um diversificado comércio com mais de 1.500 estabelecimentos, geralmente micro ou pequenas empresas: supermercados, lojas atacadistas, centros de entretenimento e lazer. A construção civil também tem grande relevância “a impressão que se tem é a de se está num canteiro de obras permanente, tal o número de edificações sendo construídas, ampliadas ou reformadas” (LEITÃO, 2007, p.15).

Apesar dos entraves inerentes à favela e à sua formação, as favelas vem assumindo, no cenário social, cultural e econômico da cidade do Rio de Janeiro, posição de destaque. Pela perspectiva econômica, essa ideia pode ser evidenciada por uma pesquisa apresentada pelo Instituto Data Popular, que revelou que tais comunidades cariocas passam por uma ascensão. Afinal, moradores dessas comunidades possuem uma representatividade expressiva de 65% inclusos na classe C, a popular “classe média”, movimentando em 2013 cerca de R\$ 13 bilhões<sup>1</sup>.

1 Reportagem do portal g1 (2013) “Economia nas Favelas está em alta”. Ver mais em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/>

Dentro desta lógica, uma atividade amplamente desenvolvida na Rocinha é a prática turística, o chamado “turismo exótico” que atrai diversos visitantes, cerca de 3.000 por mês, levados por guias particulares de oito agências que disputam acirradamente o mercado local (TOLEDO; SILVA; TÂNGARI, 2007). Esta atividade ganhou ainda mais destaque após uma operação para “retomada” de território por parte do governo. As Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro com o apoio das Forças Armadas e da Polícia Federal, desde 2008, vem implementando progressivamente nas comunidades do Rio de Janeiro as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) a fim de consolidarem estes territórios como pacificados.

Tal política está contribuindo para a consolidação das favelas como mais um destino turístico da Cidade Maravilhosa, principalmente nas favelas que mesmo antes da pacificação já apresentavam vocação para o turismo (como a favela Santa Marta, o Morro do Cantagalo e a própria Rocinha, dentre outras), na ideia de que as “ações sociais devem ser desenvolvidas paralelamente às ações policiais em territórios historicamente marcados por altos indicadores de violência” (HENRIQUES; RAMOS, 2011, p.01), muito embora a atividade turística já fosse algo presente na região.

Como destino turístico, a Rocinha já se encontra tão consolidada que, para atender aos diferentes tipos de visitantes, as agências têm oferecido serviços cada vez mais diversificados. Um turista pode, por exemplo, escolher conhecer a localidade a pé ou por um transporte alternativo (“van”, jipe ou moto), de dia ou à noite, com refeição incluída, ou não, orientado por guias estrangeiros ou por moradores locais. Durante o passeio os turistas, que são em sua maioria estrangeiros, podem adquirir produtos da Rocinha, como camisetas e quadrinhos, ou mesmo fazer doações para os projetos sociais com ações nesta favela.

Em setembro de 2006, muito antes da pacificação, devido a uma lei sancionada pelo Prefeito César Maia, a favela da Rocinha tornou-se ponto turístico oficial da cidade do Rio de Janeiro. Passados quatro meses, o novo governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, anunciou que graças a um convênio realizado em parceria com o Governo Federal, foi disponibilizado um investimento de cerca de 72 milhões de reais para a realização de obras de infraestrutura. Esse investimento foi empregado na abertura de ruas, construção de creches, casas e, inclusive, em estruturas para a atividade turística na favela. Além, de melhorias na qualidade de vida dos moradores, essa iniciativa visou também incentivar o turismo na localidade (MENEZES, 2007).

Já por uma ótica sociocultural, uma pesquisa encomendada pelo Ministério do Turismo ao Núcleo de Turismo da Fundação Getúlio Vargas – FGV Projetos revelou que 58% dos turistas brasileiros têm interesse em visitar uma favela; entre os estrangeiros, esse percentual é de 51%<sup>2</sup>. Tais interesses se dão devido aos personagens, histórias, relatos e experiências de vida que fazem, de acordo com esta pesquisa, tais comunidades se apresentarem enquanto um ambiente exótico aos olhos destes visitantes, o que aguçaria suas expectativas frente às experiências culturais tão almejadas, principalmente por turistas internacionais, perspectiva esta que corrobora o interesse em relação às comunidades e demonstra o potencial de crescimento da atividade turística nesses destinos.

Leitão (2007) afirma que, os turistas têm como motivações principais para visitação, as belezas naturais que podem ser observadas do alto do morro, as peculiaridades de seu urbanismo e o es-

---

noticia/2013/05/economia-nas-favelas-esta-em-alta.html

<sup>2</sup> Pesquisa realizada pela FGV Projetos pela professora Bianca Freire-Medeiros para o Ministério do Turismo. Ver mais em: <http://www.editora.fgv.br/blog/atualidades/panorama-do-turismo-nas-favelas-pacificadas-do-rio-de-janeiro/>

tilo de vida dos seus moradores. Todavia, o acompanhamento e avaliação das ações tradicionais do turismo demonstram que nem sempre ele está associado ao desenvolvimento da região receptora, mesmo com o aumento das receitas provocados pelo mesmo. Sobre isto afirma Medeiros (2007), que os passeios não proporcionam à comunidade autóctone da Rocinha a chance de desfrutar em maior escala dos benefícios econômicos por eles gerados. Isto porque os turistas teriam poucos gastos durante as visitas, e já que não há nenhum tipo de distribuição dos lucros, os capitais suscitados pelo turismo são reinvestidos apenas minoritariamente na favela, e sempre pela via da caridade (MEDEIROS, 2007, p.65).

Sob esse contexto é interessante observar que para além da curiosidade e expectativas geradas nos turistas, as favelas localizadas nas zonas mais nobres da cidade e também nas zonas turísticas, passam por um processo de valorização do espaço e conseqüente aumento ocasionado por uma especulação imobiliária sem precedentes no município do Rio de Janeiro. Se por um lado o turismo, a pacificação e o intercâmbio entre culturas contribui para a diminuição das fronteiras entre asfalto e favela, por outro, vem influenciando diretamente no aumento do interesse por esses territórios (localizados em zonas valorizadas da cidade, mas com menores preços), fato que vem impactando a vida dos moradores que sofrem, por exemplo, com o aumento no custo de vida ocasionado por esta procura e que pode ser evidenciado através de diversos relatos apresentados em matérias como: "Especulação imobiliária invade favelas do Rio" (FOLHA DE S.PAULO, 2002); "Especulação imobiliária sobe do asfalto para a favela" (JORNAL DO BRASIL, 2014); e "Especulação imobiliária faz moradores se mudarem de favelas da Zona Sul do Rio" (CBN, 2014).

Na Rocinha, como na maioria das favelas cariocas, as associações de moradores, têm lutado por anos para melhorar as condições de vida nesses territórios. Essas entidades juntamente com organizações não governamentais desempenham um importante papel no cotidiano da comunidade que por anos vem lutando por melhorias em infraestrutura, com obras em saneamento básico, melhor atendimento no serviço público de saúde, controle da violência e criminalidade a partir da presença efetiva de policiais. No entanto, muitas vezes, essas associações e organizações acabavam por ter de reconhecer o poder do narcotráfico que se manifestava de diversos modos, seja através da assistência social às famílias carentes ou na garantia de manutenção da segurança dentro da comunidade (LEITÃO, 2007).

É notado então que as comunidades, aqui representadas pela favela da Rocinha, não conseguiam acesso com plenitude à cidadania, muito por conta do descaso do poder público que estava "ausente" desses territórios. Por isso, o poder ilegal do tráfico e a criminalidade conseguiram por muitos anos agir livremente e imperar sob essas comunidades. Com a política de pacificação implantada pelo governo Sérgio Cabral Filho a partir de 2008, a Rocinha foi contemplada com uma UPP ainda no final de 2012 (UPP SOCIAL, 2013).

Observa-se que após a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em um conjunto de comunidades da cidade do Rio de Janeiro, outras favelas são também visitadas, como Dona Marta, em Botafogo, e o Complexo do Alemão, na Penha. O fim da presença ostensiva do narcotráfico, devido à ação policial, associado à realização de expressivas obras de urbanização – como a implantação de teleféricos e de plano inclinado – contribuíram para atrair ainda mais turistas interessados em um roteiro pouco convencional. (LEITÃO; ARAÚJO; BATISTA, 2012.p.06)

Com o aumento do turismo, e a consolidação dessa atividade na favela da Rocinha, assim como em outros territórios, reconhecendo-se inclusive, como uma atividade vocacional, torna-se impor-

tante repensar o turismo enquanto atividade econômica realmente rentável aos moradores. Próxima a uma série de hotéis, a Favela da Rocinha ainda possui duas saídas, o que permite um deslocamento mais ágil em caso de deflagração de um confronto violento.

Dessa forma, uma estratégia que pode ser adotada para combater ou minimizar essa realidade é o desenvolvimento de um Plano Diretor, instrumento este que já vem sendo construído. Como diz Toledo, Silva e Tângari (2007, p.01), “o Plano Diretor é um instrumento importante para a derubada de barreiras físicas, sociais e imagéticas que estigmatizam a discussão em torno das nossas cidades e da regulamentação de seus territórios de abrangência”. Tal instrumento se faz importante, por englobar um fator primordial: a participação de todos os atores envolvidos, o que garante uma maior credibilidade junto à comunidade local e um maior comprometimento da mesma, que terá ferramentas de cobrança junto ao poder público, requerendo as medidas que foram tidas como prioritárias para o local.

Além disso, é importante destacar o trabalho da prefeitura em relação à aproximação dos moradores, lideranças, instituições públicas e privadas. Foi criado o Programa UPP<sup>3</sup> Social, que envolve a articulação e o fomento de diálogos e atividades entre esses vários representantes. Este programa foi inserido na comunidade tão logo que a mesma recebeu uma UPP (UPP SOCIAL, 2013).

Neste contexto, pode ser observada a intenção em tornar o território da Rocinha menos sensível a imprevistos violentos. Embora ainda não de maneira ideal, através da gestão participativa e do planejamento urbano, o poder público vem ensaiando dar voz à comunidade por meio da ação itinerante e contínua das equipes de campo da UPP Social. Um comitê gestor do território, por exemplo, foi pensado e articulado com a ajuda da equipe de campo, com o objetivo de discutir questões relativas ao desenvolvimento de políticas públicas e cotidianas. Dentre outras ações pontuais que podem ser destacadas para a consolidação e desenvolvimento da atividade turística, como por exemplo, o “Primeiro Debate sobre Turismo na Rocinha” (realizado em novembro de 2014) e o “Primeiro Congresso de Turismo na Rocinha” (realizado em abril de 2015), ambos organizados para discutir questões referentes ao desenvolvimento do turismo na favela e repensar velhas práticas da atividade como a exploração de agências e operadoras da história e do produto local.

Ademais, não se pode negar que, ainda que não tenha atendido às grandes expectativas dos moradores das favelas em torno da resolução definitiva da violência e da ostentação de armas, é notório que a pacificação desenvolveu e acentuou a atividade turística naquelas comunidades com vocação para o turismo anterior às UPP. Destaca-se, por esta ótica de atratividade turística, a favela da Rocinha, sendo possível enxergar nestes espaços outrora esquecidos, fortes coeficientes de atração turística capazes de promover o bem receber dos turistas que “sobem” o morro, que podem ser ressaltados com a mobilização e participação dos moradores locais frente ao fenômeno da atividade turística que se desenrola no território.

É nesse sentido que o turismo – que definitivamente não deve ser encarado enquanto instrumento capaz de propor “a salvação do território”, pelos vários motivos conhecidos tal como a sazonalidade, o modismo e aos muitos componentes que envolvem sua operacionalização – pode ser encarado enquanto oportunidade e opção de geração de trabalho e renda, assim como de melhorias na qualidade de vida da população desta favela, sem deixar de lado uma prática sustentável e participativa capaz de atender os interesses de todos os sujeitos que se beneficiam, direta ou indiretamente, de sua cadeia produtiva.

---

3 O programa UPP Social passou a se chamar Rio+Social ao final de 2014.

## Considerações finais

Com a finalidade de compreender como o turismo visto enquanto um agente de transformação de uma dada realidade estaria inserido no cotidiano destas favelas pacificadas, discutindo-se e analisando-se como suas práticas, gestões e operacionalizações seriam sustentadas por estes instrumentos de pacificação, nos debruçamos sobre esta temática.

Perante as desigualdades regionais observadas no Brasil, “em muitas localidades brasileiras o turismo acaba se tornando o objeto de desejo, disseminado socialmente por poderosos mecanismos ideológicos, como os meios de comunicação” (OURIQUES, 2007, p.1). Tal disseminação, a princípio, é promovida tanto pelo meio político quanto pelo meio empresarial. Em um estágio mais avançado, quando a ideologia do desenvolvimento turístico está consumada, toda a população local começa a acreditar que o turismo é uma atividade somente benéfica.

Tal fato tem sido observado na Comunidade da Rocinha e por isso se torna tão imprescindível a aplicação de um planejamento participativo democrático não só político, mas também turístico, no local. É de suma importância salientar que, de fato, o turista está em busca do conhecimento de outras culturas e que isso tem impulsionado a descoberta de novos lugares que acabam ganhando espaço no mercado. Mas como dizem Amorim, Ribeiro e Segheto Júnior (2008), isso tende a mudar o desejo de consumo turístico em “um curto espaço de tempo”.

O turismo “é atividade produtiva moderna que reproduz a organização desigual e combinada dos territórios, sendo absorvido com maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais” (CORIOLANO, 2007, p.1). Diante da dinâmica capitalista dominante no mundo atual, é notório que o turismo se enquadrou nessa nova ordem, e acabou se convertendo em mais uma ferramenta para a acumulação do capital. Dessa forma é comum encontrar vários exemplos, dentro da perspectiva turística, que visam atender as necessidades dos grandes investidores internacionais, e até mesmo, de elites locais, tornando menos acessível à população local os prováveis benefícios que a atividade proporciona (SALLES; FILHO, 2008).

Portanto, é indispensável haver uma conscientização da população da Rocinha sobre a necessidade de um programa participativo para utilizar o turismo de forma planejada de modo a trazer benefícios, gerando o mínimo de impactos negativos possíveis. O que se percebe é que, com o aumento da atividade turística, a localidade recebe mais divisas, porém “os moradores não têm contato direto com dinheiro, já que as agências, na maioria das vezes, alegam repassar uma parte para a associação de moradores e investir em projetos sociais”. (AMORIM; RIBEIRO; SEGHETO JÚNIOR, 2008)

Dessa forma, é imprescindível munir os moradores e trabalhadores locais de informação. Canais como o primeiro debate e o primeiro congresso de turismo na Rocinha devem ser difundidos e ampliados a fim de empoderar os moradores e dar voz aos anseios e questões da comunidade para que esta, por si só, possa nortear os rumos dessa atividade que, se não pode ser a salvação, pode ser uma importante via para orientar um desenvolvimento local sustentável.

## Referências bibliográficas

AMORIM, C. C.; RIBEIRO, S. S; SEGHETO JUNIOR, I. . Turismo em favelas: um estudo de caso na favela da rocinha. In: **Estação Científica**, v. 06, p. 1-21, 2008.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acessado em 23/jun/2015.

CARLOS, A. F. A. **Espaço – Tempo na Metr pole: a fragmenta o da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001. 368p.

CBN. Especula o imobiliária faz moradores se mudarem de favelas da Zona Sul do Rio. Radio CBN. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2014/04/17/ESPECULACAO-IMOBILIARIA-FAZ-MORADORES-SE-MUDAREM-DE-FAVELAS-DA-ZONA-SUL-DO-RIO.htm>. Acesso em: 10 maio 2014.

CORIOIANO, L.N.M.T. **Turismo: prática social de apropria o e de domina o de territórios**. [on-line] Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemons/21coriol.pdf>. Acesso em: 25 junho 2013.

CORRÊA, R. L. Processos espaciais e a Cidade. In: **R. Brás. Geogr.** Rio de Janeiro, 1979. N.3. v.41. p. 100-110.

ENDRES, A. V. O planejamento como instrumento de condu o política do Estado: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento turístico na Paraíba. In: **Anais do I S mpo io Nordestino de Turismo Sertanejo: O Turismo social e alternativas para o desenvolvimento do semi- rido**, 2001, João Pessoa. I S mpo io de Turismo Sertanejo., 2001. v. I. p. 21-21.

FERREIRA JUNIOR, J. C. Limites e Potencialidades do Planejamento Urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organiza o espacial das cidades brasileiras. In: **Estudos Geográficos**. Rio Claro, 2004. N.1. V.2. p. 15-28.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Especula o imobiliária invade favelas do Rio**. Folha de S. Paulo, 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u62589.shtml>. Acesso: 10 maio 2014.

HENRIQUES, R.; RAMOS, S. **UPPs Social: a oes sociais para a consolida o da pacifica o**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>. Acesso em: 31 julho 2013.

IPP - INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Rio + social: território Rocinha**. Disponível em: <http://www.riomaissocial.org/territorios/rocinha-2/>. Acesso em 27 março 2015

JORNAL DO BRASIL. **Pereira Passos manda demolir o Rio colonial**. Jornal do Brasil. 1903. Disponível em: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=26105>. Acesso em: 3 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Especula o imobiliária sobe do asfalto para a favela**. Portal Terra. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/03/18/especulacao-imobiliaria-sobe-do-asfalto-para-a-favela/>. Acesso em: 10 maio 2014.

LEITÃO, G. Transforma es na Estrutura Sócio-Espacial das Favelas Cariocas: a Rocinha como um exemplo. In: **Cadernos Metr pole**. 2007. 135-155p.

LEITÃO, G.; ARAÚJO, H.; BATISTA, A. Novos roteiros na cidade maravilhosa: o turismo na favela da Rocinha. Disponível em: [http://www.catscataguases.com.br/dvd\\_2012/pdf/eixo2\\_003\\_Novos\\_roteiros\\_na\\_Cidade\\_Maravilhosa.pdf](http://www.catscataguases.com.br/dvd_2012/pdf/eixo2_003_Novos_roteiros_na_Cidade_Maravilhosa.pdf) Acessado em: 6 novembro 2013.

MARICATTO, E. Metr pole, Legisla o e Desigualdades. In: **Estudos Avançados**. n48. v17. 2003.

MEDEIROS, B. A favela que se vê e que se vende. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n.65. v.22, p. 61-72, 2007

MENEZES, P. Turismo e Favela: reflexões sobre ética e fotografia. In: **Dialogando no Turismo**. São Paulo, 2007. n3. v1.

MOREIRO, C. M. G. O Planejamento: algumas considerações. In: Etc: Espaço, Tempo e Crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**. N.1.v.1. 2007.

OLIVEIRA FILHO, J. T. O Plano Diretor e o Planejamento Urbano Democrático como elementos para a caracterização do Direito do Urbanismo Constitucional. In: **Anais do Congresso de Direito Urbano-Ambiental**, 2006, Porto Alegre. Congresso de Direito Urbano-Ambiental - 5 anos do Estatuto da Cidade. Desafios e Perspectivas. Porto Alegre: CORAG - Companhia Riograndense de Artes Gráficas, 2006.

OURIQUES, H.R. O desenvolvimento do turismo na periferia do capitalismo. **Revista Espaço Acadêmico**, ano VI, n.61, jun.2006. [on-line] Disponível em:<<http://www.espacoacademico.com.br/061/61ouriques.htm>>. Acessado em: 31 julho 2013.

SALIES, E. J. C. G.; ANTONIO FILHO, F. D. Turismo e a Problemática da Inclusão/Exclusão Sócio-Espacial: estudo exploratório em Armação dos Búzios - RJ. In: **Anais do 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo / VIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro - SP**, 2008, Rio Claro - SP. 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo / VIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro - SP. Rio Claro : AGETEO, 2008. v. 01. p. 1122-1140.

SCHMIDT, A.M; COSTA, H.S.M. Cidadania, Identidade e Gestão Urbana: reflexões sobre a experiência de Ipatinga. In: **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, 1991. N.1. V.6. p. 59-70.

SOARES, P.R.R. Metamorfoses da metrópole contemporânea: considerações sobre Porto Alegre. In: **Geosp, Espaço e Tempo**, São Paulo, v. IV, p. 129-144, 2006.

TOLEDO, L.C; SILVA, J.M.P; TÂNGARI, V.R. Derrubando os Muros: planejamento participativo e integração social na comunidade da Rocinha no Rio de Janeiro. In: **Anais** da ANPUR, 2007.

UPP SOCIAL. Rocinha. Disponível em: <<http://uppsocial.org/territorios/rocinha-2/>>. Acessado em: 6 novembro 2013.

ZALUAR, A.; ALVITO, Marcos. **Um século de Favela**. 5ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.